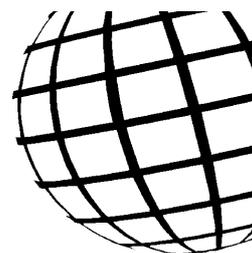


O bioetanol a projeção brasileira na América Meridional

Argemiro Procópio*



Introdução

O exportador de *commodities*, ao construir pontes entre o centro e a periferia e não deixando passar por ela o produto com valor agregado institucionaliza a indigência no comércio desigual entre o Norte e o Sul. A escassez da madeira, de grãos, da água e as novas demandas centradas na bioenergia são trunfos e argumentos sólidos para valorizar a produção e a transformação dos produtos primários. Ainda assim, empresários e governos desperdiçam essa oportunidade. Aumentam investimentos em burocracias ambientais devorados por especialistas em relatórios e tudo fica na mesma. O dinheiro desviado para papeladas sempre cria mais papeladas. Mesmo sendo enorme a demanda mundial por energias alternativas limpas e por produtos da agricultura orgânica na Amazônia – com todo o apelo ambiental desse comércio – essa prática é insipiente.

O pragmatismo circunstancial das diplomacias impregnadas com o perfume da indústria cultural do consumismo e demasiadamente afastadas do sofrimento da sociedade amazônica joga extremamente mal no campo das geometrias fractais da Segurança Ambiental e o comércio do bioetanol, por causa do seu custo ambiental, promete ser uma vitória de Pirro para os países produtores.

A vocação eremita da política brasileira

As portas dos Estados Unidos da América e da União Européia para parcerias energéticas com o Brasil, no novo e polêmico ciclo econômico do etanol, desde o momento de sua abertura, por elas passam engenharias desfavoráveis ao convívio com a biodiversidade. Nelas transitam compromissos sem a memória dos conflitos alimentados por trocas desiguais.

* Professor Titular de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Dr. Phil. da Universidade de Berlim, Alemanha.

As pressões de Evo Morales, bordadas com a grife indigenista, e, no Brasil, a imagem da Petrobrás pintada como indefesa e lesada criaram certo sentimento de brio nacionalista ferido por país com a fama da Bolívia. Por outro lado, o entendimento Brasília-Washington, sacramentado, entre outros, em projetos de cooperação para a produção do bioetanol, matou dois coelhos com uma só cajadada. Fez de Chávez Frias o galã que roubou do gigante anêmico a namorada boliviana com mais dotes e astúcia do que se supunha. O citado entendimento revitalizou os votos de eremita da política brasileira bem nos conformes do ideal estadunidense, sem o qual, os Estados Unidos da América não seria a potência mundial que são.

Onde existe diplomacia fecundada por governo populista eleito por votos trocados por esmolas, aí contundentemente, ao mesmo tempo em que se joga toda a culpa no passado, serve-se de respostas desse mesmo passado sem perguntar por alternativas. Nesse quadro, o pragmatismo circunstancial na política externa leva o Brasil a uma solidão acompanhada entre os tantos outros coroinhas na liturgia da hegemonia continental estadunidense.

Veja que fazer sacrifícios pela pátria nunca foi a vocação dos que conquistam o poder sem a fibra da cidadania, a política por eles desenhada, no tocante à Segurança Energética, incorre a repetidos equívocos. *A desmesurada intensificação dos plantios de cana-de-açúcar dentro do imediatismo energético sem precedentes, invade até pastos.*

Colocou de joelhos a pecuária leiteira. Essa cena, o setor agropecuário 
jamais hipotetizou.

Os formuladores da política energética certamente se esquecem, as reservas de gás natural comprovadas e ampliadas na vizinhança amazônica tem como abrir espaços para modelos de abastecimento energético socialmente menos instáveis que aqueles dependentes dos plantios da cana-de-açúcar, expostos à intempéries climáticas, escassez da água e até a mazelas do bioterrorismo.

Peru, com suas reservas de Camisea, se junta à Venezuela e à Bolívia no clube presenteado pela natureza com descobertas gasíferas. As brasileiras, um tanto delas fica no campo de Urucu, no pólo gasífero de Juruá, município de Carauari, ambos a duas centenas de quilômetros da capital Manaus. Outra parte situa-se na Bacia de Santos, próxima de São Paulo e do Rio de Janeiro, seus dois maiores centros industriais consumidores. Equador, Colômbia e principalmente a Venezuela têm reservas estimadas em 4.311 bilhões de metros cúbicos. Seus tesouros energéticos são argumentos sólidos para a cooperação. Porém, tudo isso pouco ou nada sugere à maioria dos amazônicos por esforços pela busca de tipos de parcerias energéticas cooperativas. Paradoxalmente, o bioetanol

promete fazer do Brasil um ator global dando-lhe um opaco papel regional.

Distantes das Américas, nem por isso as reservas de gás, por ordem de importância primeiramente na Rússia, depois no Irã, Catar, Arábia Saudita, EUA, Nigéria, Argélia, Iraque, Cazaquistão, Turcomenistão e nos campos de Arum na Indonésia, deixarão de servir ao mercado globalizado amparando a Segurança Energética mundial.

Por causa da instabilidade motivada por guerras econômicas, por disputas fratricidas insufladas por projetos hegemônicos de minorias em prejuízo das maiorias, vê-se que na lei da selva hobbesiana “inexiste propriedade, nem império sobre coisa nenhuma. Muito menos distinção entre o seu e o meu. Pertence a cada homem aquilo que ele agarra e apenas durante o tempo que consegue segurar sua prenda”, reza o *Leviatã*¹.

O abraço à teoria de Hobbes explica a “lei da selva” da Segurança Energética nas relações internacionais e internamente no Brasil. Nesse país debilitado pelo *apartheid* social e por virulenta corrupção, tudo isso frustra quaisquer ensaios por substantivo protagonismo internacional. O olhar brasileiro no trato dos Direitos Humanos desmerece-se sob o peso de suas contradições internas alimentadoras de políticas de exclusão social das mais péfidas.

Fraco índice de crescimento

A tamanha crise doméstica e os medíocres índices de crescimento levam a crer que breve a letra do país desaparecerá da sigla referente aos quatro grandes emergentes. Sem o Brasil, BRICs se tornará RICs, Rússia, Índia e China; tornará menos desigual o grupo que em breve constituirá um notável triângulo de poder mundial, apesar da dessemelhança das estratégias de inserção nas relações internacionais dos mesmos.

Dentro do Brasil, o desperdício de energia pactua com maquinário tecnicamente ultrapassado, hidrelétricas com manutenção de duvidosa qualidade, estradas em péssimo estado de conservação, automóveis mal regulados e falta de transporte coletivo motivando a opção pelo individual. Omitindo esses pontos substantivos, apostou-se na cartada do bioetanol como a tábua de salvação da pátria.

O custo sócio-ambiental do latifúndio monocultor canavieiro sedento de água e terra deve somar-se às despesas de produção em escala industrial do bioetanol e a outros gastos. Até encher os tanques dos veículos, o agrocombustível permite comparações, tanto com o mercado de gás quanto com o mercado de petróleo

¹ Ver: HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo. Iconome, 2000.

cru. Perto desses, as tecnologias para o processamento do etanol e outras biomassas encontram-se ainda longe do caminho do céu!

Energia e instabilidade política

O gás boliviano da boca dos poços em Rio Grande, bem perto de Santa Cruz de la Sierra, até chegar aos consumidores brasileiros percorre 3.150 quilômetros. Passa por Puerto Juarez, atravessa o Chaco e o pantanal boliviano. No Brasil, ele entra por Corumbá, margeando o rio Paraguai. Até chegar a São Paulo atravessa 135 municípios de 5 estados.

Atualmente o maior em extensão da América Meridional, o preço do gás nele escoado, durante anos bem abaixo da cotação internacional, desde sua inauguração no final da década de 1990 recebia críticas de diferentes segmentos da esclarecida opinião pública boliviana independentemente da instabilidade política daquele país.

A poluição do gás, praticamente um quarto menor que as emissões de CO₂ do petróleo, é metade da carvoeira que enegrece cidades e pulmões principalmente na China. A carência energética animou La Paz a apostar no combustível azul como solução de problemas tidos como insolúveis pelas “oligarquias de cara pálida” das terras baixas.



Composto de metano, etano, propano e resfriado a temperaturas extremamente baixas, depois de condensado ele vira o gás natural liquefeito. Da mesma forma que a tecnologia alcançou esse feito para o gás, certamente chegará a outros. A economia baseada em várias fontes energéticas respeitando a Segurança Ambiental certamente enriquecerá o leque de opções para a igualmente necessária Segurança Energética. Nesse contexto, por que nos países do Cone Sul se privilegia mais o transporte individual? Por que desconsiderar o casamento do gás com um sonhado bioetanol sintético? Por que esquecer a poluição da aviação? Por que deixar de repensar as ferrovias substituindo os aviões, como já fazem os europeus?

O “bioquerosene,” projeto aparentemente esdrúxulo, tem argumento para entrar no rol da bioenergia. Recorde-se que nos anos 1940, quando a II Grande Guerra emitia sinais de exaustão energética, na URSS, nos EUA, na Alemanha, na Inglaterra e no Japão considerou-se bastante a produção de combustíveis líquidos sintéticos a base do gás natural. Será que isso reterá a destruição da floresta amazônica, futura vítima do bioetanol? Será que os empresários têm consciência de que quem semeia combustível em terras da lavoura de grãos que alimenta o homem colherá tempestade?

A formidável potencialidade regional dos recursos gasíferos deveria combinar com políticas pela diminuição da produção do etanol. O objetivo seria mitigar efeitos colaterais da extensão dos plantios da cana-de-açúcar evitando a incorporação de florestas e cerrados.  Todavia, a leitura da geopolítica do bioetanol infere que o Brasil já decora papéis pensando ser ator global no palco onde a tendência é cortar os laços de dependência com a vizinhança considerada instável.

Decepciona aos adeptos da agricultura de gêneros de primeira necessidade e aos defensores das florestas, em risco de serem carbonizadas para servir ao plantio da cana, ver a política do gás natural escanteada das prioridades energéticas². Disso tudo se conclui, dentro das tecnologias hoje disponíveis dificilmente a exploração dos agrocombustíveis atende as necessidades da Segurança Ambiental.

Depois dos sustos da Petrobrás na Bolívia, em função das circunstâncias, o debate do gás natural, relegado a um segundo plano, faz crer que parceria estratégica é mais frase de efeito do que projeto de Estado. A falta de complementaridade das seguranças ambiental e energética com a política de boa vizinhança certamente esfria o entusiasmo pela prospecção de novas jazidas gasíferas. Adia a exploração das anteriormente descobertas, mesmo com um gasoduto pronto entre a Bolívia e o Brasil.

Novos atores na parceria energética no Cone Sul

A diplomacia de Caracas transformou o uso da energia entre a vizinhança da América Meridional na sua hodierna bandeira de integração. Melhor prova disso é o interesse da Argentina, Bolívia, Chile e Uruguai pelo gasoduto do Cone Sul orçado em 20 bilhões de dólares, em extensão o triplo daquele ligando a Bolívia ao Brasil.

Depois dos problemas com o gás, com a Petrobrás, agora os bolivianos, criando obstáculos de ordem político-ambiental às hidrelétricas no rio Madeira, pegaram de surpresa a diplomacia brasileira. Mesmo entendendo que errar é humano e que permanecer no erro é diabólico, não se sabe até que ponto Brasília aprendeu a lição dada pelos incidentes que atingiram a Petrobrás com a nacionalização do gás e do petróleo na Bolívia. Sem um sólido suporte da sociedade, o pragmatismo circunstancial da aristocracia sindical no poder, caso se curve às pressões bolivianas por causa das hidrelétricas no rio madeira, fará o Brasil correr o risco de perder o trem da história da cooperação energética regional.

O aproveitamento do formidável potencial gasífero venezuelano sinaliza o relativismo dos riscos políticos. Riscos decantados pelas

2 Ver: SANTOS, Edmilson M. dos; ZAMALLOA, Guido C.; VILLANUEVA, Luz D.; FAGÁ, Murilo T. W. *Gás natural: estratégias para um energia nova no Brasil*. São Paulo. Annablume, 2002.

potências ocidentais européias deslembradas do que se passa dentro de suas próprias casas. Merece ser recapitulado o esforço diplomático franco-alemão relacionado ao gasoduto construído no tempo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas para abastecer a Europa Ocidental com o gás dos poços siberianos. Planejado em pesadíssima atmosfera política, o corpo jurídico para regular tanto a produção, quanto o transporte e a venda desse gás no período bipolar sempre movimentou-se com pernas de pau. Eram mais inseguras que qualquer contrato de compra do petróleo ou do gás assinado com Caracas e La Paz.

Sobretudo desiludidas porque contavam com iniciativas da política externa brasileira por uma nova alvorada na política regional, às forças antiimperialistas da América Latina, cientes da parceria Brasília-Washington, restou a alternativa de cremar as esperanças depositadas no Palácio do Planalto sob o comando do seu presidente oriundo do outrora combativo e progressista Partido dos Trabalhadores.

Sem coragem política para enfrentar o *apartheid* social e desfazer alianças com o que existe de pior entre as oligarquias, o Governo por longo tempo chafurdou em popularidade no poço do assistencialismo inundado com cerca de 46 milhões de bolsas famílias a atrasar a subversão contra a injusta ordem social no Brasil. Certo que seu time ganharia, o oportunismo impediu que se mexesse nele. O torcedor foi levado a perder a fé nesse time sem gol de vitória contra o *apartheid* social e que dribla promessas de mudanças estruturais. Restaram, então, políticas energéticas falsamente limpas para o país se apresentar bem entre os países altamente desenvolvidos.

Ainda que a Venezuela permaneça como a terceira ou chegue a ser a segunda maior provedora de petróleo para os Estados Unidos da América, ainda que a Petrobrás participe com a PDVSA do Projeto Mariscal Sucre na produção de gás natural liquefeito nas águas caribenhas, dificilmente reverter-se-á o quadro das desconfianças no subcontinente.

A convergência brasileiro-estadunidense passando através de portais aqui arquitetados pelos interesses dos latifundiários do setor sucroalcooleiro e dos usineiros do bioetanol decepcionou os que almejavam aproximação com os EUA fora dos parâmetros subdesenvolvidos de exportador de *commodities* e combustíveis.

O bioetanol nas graças do latifúndio monocultor

Expectativas exageradas e irresponsabilidades ambientais na produção da bioenergia certamente intranqüilizam as iniciativas favoráveis à proteção do meio ambiente. O cobertor curto do

bioetanol quando cobre a cabeça, descobre os pés. Os fantasmas do Proálcool talvez voltem para roubar o sono de muita gente.

A expansão dos plantios da cana-de-açúcar no Estado do Mato Grosso, Pará e noutros espaços da Hiléia atende a sedentos mercados consumidores do etanol. Principalmente nos países amazônicos de tradição açucareira, Guiana e Suriname, por exemplo, a anunciada parcial substituição do combustível fóssil pelo etanol já tira do túmulo o modelo latifundiário da cana de triste memória.

Com 18 bilhões de litros anuais de álcool, a produção brasileira oriunda de 357 usinas em funcionamento incentiva, outrossim, ampliação de dezenas delas. Quase cinquenta vezes superior à produção colombiana, baseada na cana e no dendê, considerada a segunda da América do Sul, nesse vizinho a tecnologia importou-se da Índia, que já produz etanol do melaço da cana. O Brasil, por superestimar a competência nacional na produção do etanol, está perdendo mercado para a venda dessa tecnologia na Guiana, onde chineses tentam adaptar conhecimentos da produção do bioetanol extraído do sorgo doce.

Deslembado das instabilidades inerentes ao latifúndio canavieiro, queira ou não o Governo e a sua diplomacia energética, toda e qualquer monocultura  envolve riscos. Sua produtividade depende além do mercado, da força de trabalho, do clima, das chuvas, do solo, da saúde da planta e da ausência de pragas naturais. Ademais, onde a bioenergia se apresenta, lá também o bioterrorismo terá como exhibir suas garras. A sociedade brasileira está preparada para tais desafios?

Energia limpa tem o seu custo. Quanto ao etanol, sua eventual superprodução espalhará constrangimentos ambientais pelo país adentro. Mercados regionais exportadores do etanol despontam na Colômbia e na Guiana, precisamente os dois vizinhos problemáticos, cheios de pendências fronteiriças terrestres e marítimas com a Venezuela.

O petróleo e possivelmente também o gás em águas profundas animam nem Bogotá, nem Caracas à concessões para solucionar contenciosos em área de litígio. Com a Guiana, mesmo depois de bem reequipar as *Forças Armadas* bolivarianas, políticos e militares nacionalistas venezuelanos cozinham em banho-maria a vontade histórica de reincorporar aproximadamente 70% daquele território. Prudentes, lembram-se dos espinhos colhidos por Sadan Hussein na reconquista do Kuwait, historicamente parte do califado de Bagdá.

Caracas categoricamente recusa aceitar o princípio das fronteiras móveis, relativamente comum na Europa, e principalmente entre a Alemanha, a Polônia e a Rússia. Por enquanto, seu silêncio e prudência valem ouro.

Descontado seu contínuo crescimento econômico de fazer inveja à Brasília, a Colômbia, menina dos olhos dos Estados Unidos da América, é hoje o que a antigamente chamada Terra de Santa Cruz talvez seja amanhã. Bogotá e Washington foram palcos de preparativos para um particular tratado de livre comércio. Anualmente esse vizinho amazônico recebe US\$ 700 milhões como incentivo ao lucrativo combate às drogas. Quanto à sua política de produção sucroalcooleira, lá a cana disporá de tudo para crescer, inobstante suas enormes reservas domésticas de carvão.

A urgência da padronização do bioetanol

Complicado justificar porque em regiões de tradição sucroalcooleira usineiros nunca pagaram aos produtores o bagaço da cana utilizado nas termoelétricas. Fonte alternativa de energia dependente da biomassa, o bagaço ajuda na oferta da eletricidade. A visão estanque da produção do biocombustível embaça horizontes por uma macro-política favorável à Segurança Energética no seu todo. Sequer existe ainda padronização desse combustível para que seja oficialmente qualificado como *commodity* no mercado internacional.

Esforços para criar mercados regionais exportadores do etanol com tecnologia brasileira certamente estreitarão os vínculos com o principal importador, os EUA. O problema é que o etanol demanda prioridades científico-tecnológicas para as quais o empresariado rural anda despreparado, seja por causa do baixo investimento em tecnologia no último quarto de século, seja porque esqueceu que não se formam cientistas de uma hora para outra.

As estradas no Mato Grosso e no Pará, francamente insuficientes para o escoamento da soja em terras públicas invadidas, com a cana demandarão mais e mais redes de transporte a serviço das novas regiões produtoras. Usinas, terminais, dutos e até hidrovias constam na logística do agronegócio para o país exportar 3,5 bilhões de litros a partir de 2011. Quem e com qual dinheiro se construirá toda essa infra-estrutura? Há chances de a cana secar no prolongado transporte em péssimas estradas até as usinas. Isso seguidamente ocorre com a soja, brotada depois de semanas em caminhões atolados nas intransitáveis rodovias amazônicas.

O quadro jurídico brasileiro, desacertado para reduzir conflitos, nele existe pouco espaço para a resolução dos problemas fundiários. Afora isso, prioridades inadiáveis dos Três Poderes, por exemplo, pagamentos de altos salários para as elites do funcionalismo desviam fundos para investimentos em inovações tecnológicas, em serviços portuários, na eficiência agrícola e na pesquisa por aproveitamento de diversificadas fontes energéticas.

A questão do transporte e da infra-estrutura a serviço da bioenergia

Desordem e generalizada improvisação combinam com o caos rodoviário e aéreo. Sem suficientes dutos o traslado do álcool por esburacadas rodovias, além de perigoso, breve congestionará a malha despreparada para o escoamento dos almejados 3,5 bilhões de litros. Acrescente-se a esse cenário, as sobretaxas e impostos cobrados pelos países importadores.

Pelas contas do lobismo do etanol à base do milho, os produtores estadunidenses, felizes pelo aumento do preço desse grão, dificilmente abdicarão das medidas protecionistas que penalizam o etanol brasileiro a favor do seu. Resta, então, desbravar novos espaços florestais da União e pagar miseravelmente ao cortador de cana. Barateando ao máximo o etanol – exatamente como se fez com a soja – fechando os olhos para as desumanas jornadas de trabalho e para os negativos impactos ambientais, somente assim o biocombustível brasileiro terá condições para entrar competitivamente nos mercados dos países centrais.

Tentativas em curso para tratar o etanol como se fosse suco de laranja, açúcar, carne, soja, algodão ou café riscaram as soluções para os problemas das lavouras do arroz, do milho, do feijão e do trigo. Disso a diplomacia deve lembrar se quiser uma bem arrematada rodada de Doha. Notar, outrossim, o quanto a subnutrição e a fome aceleram a sedimentação da negativa imagem nacional internamente e no exterior.

Já o corte da cana, por ser mecanizado em apenas trinta por cento das lavouras, no restante atea-se fogo para facilitar sua colheita manual. Isso gera asfixiante nuvem de fumaça e fuligem de nefastos efeitos à saúde humana, animal e ambiental. Pior do que isso são os rejeitos da produção do etanol, dos quais a vinhaça é o mais letal; por onde escorre esse líquido de odor forte perdem a vida sapos, peixes e centenas de outras espécies. Essa enxurrada venenosa compromete a qualidade da água e com ela a saúde humana. Por onde escorre, infiltrando-se na terra, compromete até os lençóis freáticos.

O bioetanol brasileiro na política de contenção

A nada fortuita criação de mercados regionais exportadores do etanol concentrados seja no Caribe, *seja na Amazônia projetada arrojada fórmula da Casa Branca para contenção da influência geoenergética dos três maiores exportadores amazônicos de energia: a Venezuela, o Equador e a Bolívia.*



A política energética estadunidense favorável ao bioetanol enche de esperanças a parceria estratégica esquecida da Segurança Alimentar. Enquanto Chávez estiver no controle do poder na Venezuela, será tentadora a política de cooperação estadunidense com o Brasil. Mesmo que se reduza o preço do petróleo em níveis significativos, a meta dessa parceria é prosseguir com o bioetanol em vários países amazônicos. Adotar e exportar essa energia, manipulada como um contrapeso à política venezuelana de integração, sinalizará distanciamento da política externa de Brasília com as propostas de Quito, La Paz e Caracas inspiradas na filosofia bolivarianista.

Hugo Chávez visitando os argentinos em março de 2007 pontuou que "o plano estadunidense de difusão da produção do etanol é irracional e antiético. Substituir cultivos de alimentos para seres humanos pela produção de etanol para veículos ampara o *american style of life*". Ciente das ameaças contra a estabilidade do seu governo ancoradas na dependência do petróleo, Caracas acompanha cuidadosamente os passos de Washington nos grotões amazônicos da diplomacia energética.

Por mais que se esforce promovendo reuniões de cúpula e se destaque no G20, o verniz terceiro-mundista que recobre a política externa nesses anos do novo milênio não impediu que o Itamaraty continuasse sendo visto, tal qual antigamente, como a prata da Casa Branca. Prata que reluz no banquete onde tudo do etanol que é servido é bom para os Estados Unidos da América e também para o Brasil. O *script* do relacionamento entre ambos os países e as promessas favoráveis à bioenergia, emolduradas pelo circunstancial certamente tonificam o pragmatismo que ampara a sustentabilidade do subdesenvolvimento.

A Segurança Energética arquitetada por Washington, que já pesquisa a avançadíssima energia a partir do hidrogênio, e a confiabilidade depositada por aquele governo no etanol brasileiro tem seu preço político-diplomático. Potência mundial, os EUA em termos energéticos apostam no que conseguem controlar. Na salvaguarda dos seus interesses estratégicos relacionados ao etanol certamente saberão tudo sobre os movimentos sociais próximos aos canaviais, principalmente os liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Adeptos do ambientalismo, nesse movimento de esquerda radical, hoje totalmente distanciado do Presidente Lula, sabem o quanto os canaviais sugam a água e em que medida degradam o meio ambiente. Os cortadores de cana no Nordeste e as Ligas Camponesas cresceram regadas pelo suor e pelo sangue dos machucados provocados pelas anavalhadas folhas dos pés de cana. Transformaram-se nas primeiras vítimas da intervenção militar de 1964 que não teria vingado sem o apoio da CIA. Constituíram

movimentos de resistência contra a exploração do trabalhador nos latifúndios e hoje se remoçam com o combativo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

O apartheid social e os perigos para a saúde política

Tentando vitaminar a raquítica liderança do governo da aristocracia trabalhista brasileira na América do Sul, a receita estadunidense avia-se com o bioetanol. Servirá Brasília, Lima, Bogotá e Georgetown com produtos na prateleira da farmácia fora do alcance dos que são pelo projeto da revolução bolivarianista.

Washington torce sinceramente por destacada presença brasileira no subcontinente para contrabalançar a influência do arco Caracas-Havana-La Paz. *O Departamento de Estado até aprecia quando tal presença respalda-se em um presidente oriundo de partido político, no passado extremista no discurso antiimperialista e, no presente, sabidamente fiel aos mandamentos de capitalismo. Aos olhos da Casa Branca, talvez o Presidente Luiz Inácio  Lula da Silva seja o mais confiável na América Meridional.*

No universo caribenho, pleno de pequenos países, o Itamaraty, depois da polêmica presença de tropas brasileiras no Haiti, corre de um lado para o outro, do México ao Panamá, passando por Honduras, Nicarágua e Jamaica. Pretende, quiçá com a isca do etanol, pescar parcerias necessárias ao seu projeto de ser um ator global sem fazer feio no cenário regional. Ao lado dele, com pés no chão e condições para cativar sócios na energia, com criatividade de sobra para projetar-se principalmente na América Latina, o Palácio de Miraflores usa da cooperação como cavalo de batalha. Causa inveja ao enfermo vizinho que, por causa do *apartheid* social, tem sua saúde política cada vez mais debilitada.

Construindo um depósito de petróleo em São Vicente e Granadinas, expandindo a infra-estrutura na Jamaica, montando uma refinaria na Nicarágua e outra na Comunidade da Dominica, a Venezuela, satisfeita, exhibe sua diplomacia de resultados da Patagônia ao Caribe do qual é parte. Diferentemente de Brasília, que mandou tropas para o Haiti cedendo a pressões ocultas, Caracas optou por enviar milhões de dólares em comida e remédios, agradando céus e terra em Porto Príncipe.

Comprando bônus da dívida externa de alguns, ajudas aqui e outras acolá, depois de abolido o uso campeão do ouro negro pelas oligarquias, os gordos dividendos do hidrocarboneto na economia venezuelana raras vezes como nos últimos anos transformaram-se em instrumento de propositiva política externa, como bem quer o chavismo. Tais dividendos alargaram a presença

venezuelana da Argentina ao Suriname. Na mesma proporção, o Brasil estreita a sua perdido em circunstâncias que o transformaram em um avião atravessando turbulências conduzido por tripulação com alta dosagem de bioetanol no sangue.

Na Amazônia, o epos da influência estadunidense dá voltas e se repete, todavia nunca contestado como nesse começo de milênio. A diplomacia venezuelana optou por tolerar as diferenças com o Brasil de Lula, que já não lhe parece o fiel amigo de antes. Ainda que desconfiada pelos goles de etanol sorvidos em mesmo cálice pelos presidentes do Brasil e dos Estados Unidos da América, ela revela-se desinteressada em exumar os mitos há poucos anos sepultados do subimperialismo brasileiro.

Generosamente a assistência social em Santa Elena do Uairém abre seus braços para a população deserdada, principalmente da cidade brasileira de Paracaima, ponto setentrional do contrabando da gasolina e corredor de cocaína colombiana para outras regiões. Os adeptos do chavismo optaram por concentrar seu poder de fogo contra o que chamam de imperialismo estadunidense.

Benevolentes, as autoridades alfandegárias venezuelanas – ainda que com prejuízos – permitem aos contrabandistas de gasolina, perfilados em quilômetros, encher seus tanques extras contra pagamento de dez centavos de real por litro. Relembre-se, deixam passar pneus, material de construção e gêneros alimentícios e tudo o mais que a alta carga tributária do lado brasileiro se encarrega de tirar do alcance da população mal compensada com esmolas do Bolsa Família, o maior programa assistencialista do hemisfério, responsável pela doação mensal cerca de 50 dólares para cada uma das aproximadamente 45.000.000 de famílias pobres atendidas pelo programa. Graças a esse programa, Lula se reelegeu e com ele ganhará tantas eleições quantas queira.

O status amazônico-caribenho do Brasil

A posição singular do estado brasileiro de Roraima dividindo mais espaços com a Venezuela e a Guiana do que com o Pará e o Amazonas, por vezes coloca o Brasil entre a cruz e a espada. O fato de estar no hemisfério norte ladeado por dois países caribenhos que se estranham e, ao mesmo tempo, comungar o cotidiano de ambos legou ao povo nessa parte amazônica do Brasil particular responsabilidade. O status caribenho-brasileiro, deslembado e desconsiderado, pode abrir à Roraima e ao país variadas alternativas no hemisfério norte, bem dentro da geografia das águas azul-turquesa banhando Miami, Havana e vários outros centros.

Geralmente subestima-se a gravidade aportada pelo gerenciamento inapropriado e pelo relapso na gestão ambiental, especialmente a

pertinente ao setor sucroalcooleiro. Incapaz de elaborar cenários de calamidades causadas por secas ou pelo estresse hídrico, pela transgenia, por pragas, por queda de preço ocasionada por superoferta, a gestão ambiental politiqueira usa a natureza sem identificar-se com ela.

A estratégia governamental para os agrocombustíveis, ensimesmada na monocultura latifundiária, esqueceu-se do valor dos arranjos cooperativos com a vizinhança amazônica, com o Mercosul e com a África. Naquele continente, multinacionais também investem pesadamente no setor alcooleiro.

O bioetanol e a hidropolítica

Afoita, a política comercial acelera as exportações independentemente de parcerias estratégicas com os demais produtores. Demonstra para o mundo as ditas vantagens da mistura do anidro à gasolina e empenha-se pela derrubada de barreiras contra o bioetanol no mercado dos ricos. Todas essas medidas paliativas indiretamente dificultam a redução dos plantios da cana-de-açúcar. Sua expansão certamente contribuirá para a baixa do preço do álcool hidratado no mercado internacional.

Insuflando megaplantações e investimentos no setor, os usineiros pouco atentam pelo comportamento do bioetanol em diferentes contextos da economia energética internacional. De braços cruzados acompanham os danosos impactos do crescente uso da água em seus negócios. Inexiste no Brasil uma hidropolítica para mitigar os negativos efeitos da abusada utilização da água na produção dos biocombustíveis.

A escassez da água potável vê-se entre os problemas mundiais clamando por urgentíssima solução. Se os países amazônicos investissem na proteção dos mananciais e das florestas, exportariam água potável melhor que ninguém. Seu preço é maior que o do bioetanol. Atualmente multinacionais compram avidamente fontes com água de alta qualidade, um excelente investimento esquecido pelos empresários amazônicos.

O preço médio da tonelada de cana em 2006 cotava-se a quase o dobro do pago no segundo semestre de 2007 pela mesma quantidade do produto. O dinheiro oferecido, cerca de R\$ 0,60 por litro, mal equilibra despesas e lucros³. A expansão dos canaviais provoca aumentos no preço do leite, dos produtos lácteos, do milho, da mandioca, dos óleos vegetais, da carne de frango e da suína. Tal encarecimento, particularmente dolorido no bolso do povo pobre e subalimentado, perdurará. Doenças relacionadas ao consumo de

³ Ver: "Preço do álcool despenca e põe em risco ciclo virtuoso". In: O Estado de São Paulo, Economia, pág. B7, 06 de junho 2007.

água de baixa qualidade em centros urbanos próximos a usinas e canaviais comprovam que do sucesso da luta pelo banimento do nanismo ético nos negócios agroenergéticos depende a estabilidade da Segurança Alimentar e da Segurança Hídrica. *Por meio delas, se evita a fome. Da lavoura de subsistência chega o arroz com feijão, o trigo, o milho e a mandioca da farinha de cada dia na panela dos depauperados, a pé  e longe do automóvel movido a álcool.*

Nenhum balanço e nem diálogo no Cone Sul existem para entender qual matriz energética trará melhores e saudáveis benefícios para a sociedade. Sem reduzir o desperdício, faltando manutenção adequada no que hoje gera e distribui a força elétrica, tampouco se criam bases científicas consistentes para medidas alternativas.

A reativação do programa nuclear

Quem quer, consegue saber as razões usadas pelo governo oriundo do Partido dos Trabalhadores para desenterrar o programa nuclear brasileiro. Conhecido por suas fragilidades técnicas, por centrais sempre às voltas com os resíduos radioativos letais à vida – consideravelmente piores que o CO₂ que não emitem – os projetos para o funcionamento de Angra 3 escondem verdades. Por exemplo, os riscos hidrológicos evitam-se por meio da proteção das nascentes, do combate ao desmatamento e são menos imprevisíveis que os nucleares. Depois de consumir US\$ 700 milhões, faltando 70% das obras para a conclusão desse empreendimento, compras bilionárias, inclusive de tecnologia, se farão na União Européia e nos Estados Unidos da América. Isso obrigará o contribuinte a desembolsar adicionalmente US\$ 2 bilhões.

Bem pagas, existem algumas ongs atuando como marionetes nas mãos de oligopólios altamente especializados em vender tecnologia e instrumentos para usinas nucleares. Defendendo em primeira mão os seus interesses, fantasiadas de ambientalistas, elas travam e obstruem o quanto possível projetos para a exploração da energia hídrica para favorecer a produção atômica.

A Alemanha ao desativar suas centrais nucleares e os Estados Unidos da América há mais de vinte anos sem construir nenhuma delas deixaram os vendedores de tecnologia nuclear quase em estado de penúria. Isto explica o jogo sujo deste ambientalismo de encomenda cujo objetivo final é repassar para o Brasil e outros parte do material nuclear enalhado em menos de meia dúzia de países centrais. Por essa razão, jamais esse ambientalismo plaude pela captação da energia solar ou eólica. Justifica também o seu silêncio pela repotencialização das pequenas e velhas hidrelétricas, eternas marginalizadas dos programas de eficiência energética.

O Governo Federal afirmou que nos últimos oito anos o etanol livrou a sociedade brasileira de 600 milhões de toneladas de CO₂, porém omite como saneará as artérias urbanas entupidadas de veículos, mal visível do subdesenvolvimento sustentável.

Reivindicando que “não abrirá mão do desenvolvimento,” porque um teto de emissões é também um teto no desenvolvimento, o Presidente da República, durante a cúpula do G-8 em Heiligendamm, balneário alemão no mar Báltico, patenteou o acanhado horizonte da sua diplomacia ambiental. A afirmativa acima revive coisas proclamadas a viva voz no auge da ditadura. Fica tremendamente mal para a imagem desse Governo, em aliança com o latifúndio monocultor, deixar partes da Amazônia arder em chamas. Isso fez com que o Brasil entrasse na lista dos cinco maiores emissores de gases de efeito estufa na face da terra.

Na I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em Estocolmo, ano de 1972, bem no espírito que desabrocharia no pragmatismo responsável, passava-se uma mensagem que, 35 anos depois, um presidente democraticamente eleito altitonantemente repetiria. Ou seja, o Brasil, em hipótese alguma, abrirá mão do projeto de se desenvolver, custe o que custar à natureza.

Com a capacidade de indignação da mídia nacional beirando a zero, passou em branco, e não foi a primeira vez que o público tomou conhecimento das contradições do Governo oriundo do Partido dos Trabalhadores. Advertindo noutras vezes que “quem tem pressa come cru”, o poder executivo se aproximou do conteúdo do discurso do autoritarismo. Ensinou noutras palavras que primeiro o bolo cresce, assa e só então está pronto para ser distribuído e comido.

A recusa das metas para reduzir emissões

Ao recusar metas para reduzir emissões de gás carbônico no Estado brasileiro desaparelhado para proteger sua rica biodiversidade, aumenta-se nas relações internacionais o peso da culpa pelo perpetrado no passado e pelo que no presente se devasta e devassa nas florestas e nos cerrados, da Mata Atlântica à Amazônia.

Antes se depredava em nome da geopolítica, do povoamento das fronteiras, da pecuária e da lavoura sojeira. Agora é a vez da cana-de-açúcar para o bioetanol e dos invasores de terras públicas. Tolerando a volta de ciclos econômicos parecidos aos do passado, perde-se notável oportunidade para redimir desgraças causadas por crimes ambientais executados sob a lerda vigilância do Estado subdesenvolvido.

O pragmatismo circunstancial da política externa brasileira anula chances para a

nação mostrar-se ativa e propositiva no cenário ambiental ao aconselhar o Poder Executivo ser contra metas mitigando as emissões dentro da própria casa. 

A proposta da inclusão do biocombustível no documento do encontro do G-8 em Heiligendamm resultou de um pacto energético informal com objetivos geopolíticos não declarados entre um país periférico de enorme extensão territorial com a nata do capitalismo mundial lá presente.

A presença cultural, militar e econômica do unilateralismo que escudou deslizos ambientais perpetrados nos dois mandatos de George W. Bush consola a sofrida promessa de presença energética brasileira no cenário mundial. Os malabarismos estadunidenses cansam os descoordenados europeus e animam o Itamaraty. Centrando-se em propostas baseadas em inovações tecnológicas para energias consideradas limpas, Washington santificou o seu etanol a base do milho. Por tabela, para o gáudio dos defensores dos usineiros e dos latifundiários, graças ao apoio estadunidense, beatificado se tornou o etanol brasileiro.

Há hoje governos reacionários recrutando liberais, a própria esquerda ou simpatizantes para munir suas diplomacias com espécie de máscaras progressistas objetivando desviar a atenção do ranço de seu conservadorismo interno. Isso ocorreu na conservadora Alemanha da Democracia Cristã, no Chile, quando Pinochet fez de conta abdicar de sua influência nos destinos do país, na França de Nicolas Sarkozy e em tantos outros. No caso brasileiro, o Governo que prometia ser revolucionário, e se revelou essencialmente conservador, faz questão que sua diplomacia presidencial se apresente como de esquerda aos olhos do mundo.

O Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, recebeu a missão, por parte de quem fielmente serve, de manter acesa a chama escarlata da bandeira que conduziu o presidente ao poder. Cumprindo sem reclamar essa tarefa, o Ministério das Relações Exteriores, por meio de embaixadas bem equipadas em recursos humanos, esforça-se para apresentar um Brasil diferente daquele infestado pela peste da devastação. Aliás, já foi assim no tempo do "ame ou deixe-o" e com Collor, quando este trouxe para o Rio de Janeiro a II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento sem diminuir um único grau da febre da degradação ambiental.

Teimando que um teto nas emissões será igualmente um teto no desenvolvimento, a diplomacia do governo trabalhista cai outra vez em vícios. Faz novamente essa nação, que guarda *in pectore* sua vocação florestal, ser ou o porta voz de paradoxos políticos, ou o notável ausente no diálogo internacional sobre mudanças climáticas.

Prisioneira no arco do seu pragmatismo circunstancial, a diplomacia precisa fugir dele batalhando propositivamente por uma amazônia brasileira ambientalmente respeitada e conservada.

O autismo diplomático

Valendo-se de estatísticas controversas, fazendo de conta que a nação vive no mar de rosas da preservação ambiental, o lobismo do bioetanol agradece pela inexistência de zoneamento para efetiva contenção da ação predatória do latifúndio monocultor.

Falta vontade política para promoção de novos alimentos, novos materiais e novos produtos com alto valor agregado. Há meio século o valor dos produtos enviados para o exterior patinha em mesmíssimos e tradicionais patamares.

Exportando expressiva quantidade para compensar o vendido a menor preço, em termos de valor, a nanica participação brasileira no mercado internacional indigna a ninguém entre os que concentram poderes decisórios em suas mãos. Por isso insiste-se tanto no infeliz modelo agroexportador.

Donos de latifúndios canavieiros e de usinas, com unhas e dentes, postergam a resolução da equação da inclusão social. Na ideologia deles, inspirada no individualismo e no corporativismo, o conceito de cidadania se casa com a lógica sombria da separação do meio ambiente da economia.

Colocando no mercado internacional produtos a preços ditados pelas bolsas agrícolas dos países centrais, a de Chicago em primeiro lugar, esquece-se, o ganho com o bioetanol prova ser menor que o seu custo social e ambiental. As vantagens dessa energia concretizam-se visivelmente às expensas dos cerrados amazônicos em vias de extinção, principalmente no Estado do Mato Grosso. Elas existem por conta das mencionadas invasões de terras públicas e aluguel a baixo preço de estabelecimentos rurais.

O aviltamento dos salários e as duras condições de trabalho nos canaviais a diplomacia energética omite. Isso serve para que a solução encontrada na cana-de-açúcar brevemente se transforme em insolúvel problema. Se correntes e chicotes hoje estão em desuso, informalmente o trabalho quase escravo perdura praticado em inúmeros canaviais. A diferença manifesta-se atualmente no tecido etnogenético do cativo: elastizado, ele veste brasileiros de cor e de procedências diversificadas.

A vontade de ver medidas limitando a dois graus centígrados o teto do aumento da temperatura do planeta azul justifica esforços. Cria pressões para que os europeus, chineses, japoneses, canadenses, estadunidenses, russos e países emergentes desencasulem de seus egoísmos locais. Todavia, sem coragem para concessões benefi-

ciando alimentos exportados pela periferia, membros do G-8 enriquecidos com as sobretaxas obedecem à logística da preguiça e do fácil. Para contornar a situação, a periferia aumenta as plantações recebendo sempre menos pelo produto exportado.

Os Estados Unidos da América e alguns de seus tradicionais aliados entre os países emergentes paradoxalmente adotam comportamentos parecidos: recusam assumir compromissos passíveis de cobranças. Os periféricos tapam o sol com a peneira e o irmão Brasil, equivocadamente, justifica-se proclamando que um teto por emissões é um teto no desenvolvimento.

Apesar da adesão estadunidense ao Protocolo de Kyoto quando Clinton exercia a presidência, o Congresso em Washington recusou ratificá-lo. Ou seja, há anos a maior potência na face da terra mantém-se fora de um basilar compromisso contra o aquecimento global. Nesse ambiente, vários apartamentos do edifício mundial ardem em chamas. Seus donos, invocando a soberania e o direito de propriedade, impedem a extinção do incêndio dentro da própria morada. *Mutatis mutandis*, enquanto a Amazônia queima, glaciares tropicais derretem, a chuva ácida corrói e a desertificação avança, a diplomacia brasileira ainda tem coragem de anunciar que um teto nas emissões é também um teto no desenvolvimento!

Os que padecem do autismo social pensam estar fora da aldeia global e recusam crer na interdependência dos problemas globais. Faltam iniciativas aprofundando espaços por pragmática substituição da modernidade que apressa o aquecimento da terra, etc. Por isso, quanto às metas para coibir o uso do transporte individual, coibir o hedonismo e os males do consumismo, isso é demasiada luz nas enevoadas decisões do G-8 a favor do meio ambiente.

Conclusão

Falsidades em nome do milagreiro progresso prejudicam a vida do pobre desamparado. Depositando fé nas promessas dos agrocombustíveis, esquece-se a urgência de políticas pela renovação das caquéticas refinarias de petróleo. Aperfeiçoamentos técnicos as tornariam razoavelmente limpas e menos desperdiçadeiras. Enquanto posterga-se essa ação, alastram-se os espaços quase sempre mal dimensionados dos biodiversos na África e Ásia. No Brasil, o poder central ajeita seus buracos para inundá-los com 20 bilhões de litros de etanol, ou mais. Desse montante, um bom tanto reserva-se à exportação.

Em universo de disseminadas debilidades estruturais, faltam aos governos do Cone Sul competência e ousadia para políticas de incentivo à repatriação de fundos no exterior pertencentes a brasileiros, argentinos, uruguaios e paraguaios. Se evitassem a saída ilegal de

capitais, apenas com essa medida, países do Mercosul teriam maior lucro do que sendo coniventes com o esgotamento de bens públicos, como a água, a terra, florestas e cerrados. Essa ousadia daria passos em direção à moralização das instituições democráticas. Poria ao menos parte da casa em ordem, buscando entendimento regional. Único senão é que esse entendimento só se viabiliza através das portas do trabalho comum despojado de liderança regional voluntarista e de sonhos de liderança. Tais sonhos ainda acalentados pela diplomacia brasileira ameaham resistências e expectativas nem sempre saudáveis entre os vizinhos.

Bibliografia

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo. Iconome, 2000.

IANNI, Octávio. *A sociedade global. Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, 1992.

“Preço do álcool despenca e põe em risco ciclo virtuoso”. In: *O Estado de São Paulo, Economia*, pág. B7, 06 de junho 2007.

SANTOS, Edmilson M. dos; ZAMALLOA, Guido C.; VILLANUEVA, Luz D.; FAGÁ, Murilo T. W. *Gás natural: estratégias para um energia nova no Brasil*. São Paulo. Annablume, 2002.

